

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/02/2014 - Edição 988

Juiz manda Seduc explicar repasse devido a 1,8 mil vigilantes demitidos

Montante questionado é de R\$ 8,8 milhões; secretário diz que não deve. Empresa desmente Estado e sindicato ameaça protestos em Porto Velho.

O Governo de Rondônia, por meio da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), garante que não tem créditos a repassar a uma das três empresas que prestavam serviço de vigilância em escolas da rede estadual. Com o fim do contrato, em outubro de 2013, 2,5 mil vigilantes que atuavam em todo o estado foram demitidos. O Sindicato da categoria afirma que 1,8 mil trabalhadores não receberam as verbas rescisórias referentes a décimo terceiro, férias e outros direitos. Mas a assessoria da Seduc informou que todo crédito devido foi depositado em conta judicial ainda em novembro do ano passado.

A afirmativa da Seduc contraria um parecer mais recente, de 22 de janeiro deste ano, e assinado pelo procurador do Estado Francisco Aguiar Neto, que afirma direitos aos trabalhadores. “Nós desconhecemos esses repasses. A Rocha Segurança e Vigilância não tem como arcar com os pagamentos, porque esses créditos jamais caíram em nossa conta”, afirmou a gerente geral da empresa, Viviane Ferreira. “Esta responsabilidade é do Estado”, afirmou. Os vigilantes foram substituídos por circuitos eletrônicos, que ocasionariam redução de gastos.

Em uma audiência no dia 5 de

fevereiro, nenhum representante do Estado compareceu à audiência de conciliação. Como punição, o juiz da 6ª Vara do Trabalho, Jailson Silva, deu prazo de 30 dias para a Seduc se manifeste, por escrito, sobre os valores questionados - R\$ 8,8 milhões, que seriam de direito dos quase dois mil trabalhadores. A empresa alega que o repasse se refere a serviços prestados até agosto de 2013, sendo que setembro e outubro (último mês de trabalho dos vigilantes) ainda estariam pendentes.

“Há trabalhadores com até 10 anos de serviço que não receberam nada”,

disse o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia, Paulo Tico, que pede, em juízo, a condenação subsidiária e solidária do Estado em favor dos ex-funcionários.

O sindicato planeja radicalizar em protestos públicos para pressionar governo e a empresa a entrarem em acordo. Segundo o presidente da entidade, a intenção é chamar atenção da sociedade. “Além de demitidos, levamos calote. A vida destas pessoas não está sendo fácil”, finaliza Tico.

Fonte: G1

Bradesco é condenado a indenizar funcionário por transporte de numerário

A juíza do trabalho Renata Nunes de Melo, da Vara do Trabalho de Ariquemes (Rondônia), condenou o Bradesco a pagar, a título de indenização por danos morais, R\$ 100 mil a um funcionário que, por aproximadamente 10 anos, fez o transporte de numerários da agência daquele município para outras localidades.

De acordo com a ação judicial, o funcionário foi contratado em fevereiro de 1999 para a função de escriturário, mas no período de 2001

a 2011, acabou se vendo ‘obrigado’ a executar função totalmente diferente a da sua contratação, a de fazer o transporte de numerários para municípios circunvizinhos (Machadinho do Oeste, Campo Novo, Monte Negro, Buritis, Alto Paraíso, Cujubim e Cacaulândia).

Os valores eram, em média, de R\$ 30 mil, e o transporte era feito pelo menos duas vezes por semana, com a utilização de carro próprio, táxi ou carro alugado pelo banco e, tudo com a companhia (eventual) de apenas

mais um bancário.

A exemplo das testemunhas do reclamante, nem mesmo uma das testemunhas de defesa do reclamado (o banco) foi capaz de negar que o transporte de numerário era feito por funcionários daquela agência, sendo que até esta testemunha patronal também já o havia feito eventualmente.

“... Ora, é consabido que a atividade de transporte de valores é extremamente arriscada, tanto que é realizada por empresas altamente especializadas, por meio da utilização de carros-forte e por seguranças treinados e fortemente armados. Os riscos inerentes a tal atividade são por demais exacerbados já que os veículos que conduzem o numerário estão constantemente na mira de

criminosos.”, diz trecho da sentença.

Para a magistrada, é absolutamente razoável pressupor que qualquer pessoa ficaria demasiadamente abalada ao se sujeitar, de forma habitual e por tão longo lapso temporal (incríveis 10 anos), ao transporte totalmente inadequado de altas quantias de dinheiro, expondo-se ao risco considerável de ser alvo de criminosos. “O medo, a angústia, a ansiedade e a insegurança são sentimentos que naturalmente brotam em qualquer ser humano nessas circunstâncias, desestabilizando emocionalmente a pessoa. É inegável que o trabalhador esteve exposto e vulnerável, em sua faina quase diuturna, à violência, circunstância que por si só causa tensão e stress.

Ademais, importa consignar que não fora ele contratado para realizar transporte de valores, tendo laborado, pois, em total desvio de função e para cujo desempenho não recebeu qualquer treinamento”.

O banco foi condenado ao pagamento de R\$ 100 mil por danos morais (sendo o cálculo baseado em R\$ 10 mil pelos 10 anos de transporte ilegal de numerário), mais 15% do valor da condenação a título de honorários advocatícios. A ação foi ajuizada pela advogada Karoline Costa Monteiro, do escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, responsável pela assessoria jurídica do Seeb/RO.

Fonte: **ContraFCUT / Seeb RO**

Centrais decidem fazer ato unificado em todo o País no dia 9 de abril

Conscientes de que a Copa do Mundo e as eleições podem ter reflexos na luta pela pauta da classe trabalhadora, dirigentes da CUT e das demais centrais sindicais decidiram ampliar o grande ato unificado marcado para 9 de abril, em São Paulo, para os estados.

Sob o lema “Trabalhadores unidos por mais direitos e qualidade de vida”, a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora sairá da Praça da Sé, às 10h, e seguirá até o vão livre do Masp, na Avenida Paulista, em defesa da agenda, entregue à presidenta Dilma Rousseff, em 2013, mas que pouco avançou.

Secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, destacou que a mobilização é fundamental para manter a negociação com o governo em um ano repleto de grandes eventos. Ele aponta também que os trabalhadores ainda aguardam uma resposta da presidenta sobre a solicitação de audiência que a Central fez em janeiro.

“O diálogo com a presidenta Dilma é importante porque, apesar de o ano ser marcado por Copa e eleições, não vamos permitir que nossa pauta fique sem negociação e avanços. Os trabalhadores querem a redução da

jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, a regulamentação da convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – que trata da negociação com os servidores públicos –, a reforma agrária. A presidenta tem de receber as centrais e manter as mesas de negociação”, alertou.

As centrais também confirmaram que antes do dia 9 de abril promoverão mobilizações entre 15 de março e 8 de abril como forma de preparar para o ato unificado.

As entidades também preparam uma nova versão da Agenda da Classe Trabalhadora, documento unitário que apresentaram em 2010 durante assembleia nacional no Pacaembu, e que será entregue aos candidatos às eleições deste ano.

Outro ponto citado por Nobre e que estará na mobilização do dia 9 é o Projeto de Lei 4330, que amplia a terceirização, prejudicando a classe trabalhadora, e está parado no Congresso Nacional. “Em relação ao 4330, queremos que pare de tramitar e seja retirado do Congresso Nacional, porque permite a terceirização sem freios e critérios.

Houve suspensão da votação, mas nada garante que não entre em pauta no meio das eleições e, por isso, é um debate que queremos fazer também com o Congresso Nacional, porque havia o compromisso de ocorrerem negociações. Entendemos que a terceirização precisa ser regulada, porque existem 12 milhões de terceirizados/as que não têm direito nenhum, mas temos de ter negociação sobre outras bases”, afirmou secretário-geral da CUT.

Diálogo conjunto – Ainda segundo Sérgio Nobre, as centrais cobrarão que o diálogo envolva os parlamentares, além do governo, para evitar que as mesmas pautas sejam tratadas de maneiras diferentes nas Casas.

“A conversa com Dilma, para planejar as negociações do ano, deve também envolver Executivo e Legislativo, por serem poderes independentes. Isso faz com que muitas vezes o mesmo tema tramite nos dois espaços, sendo tratado de maneira diferente e sem que seja possível que os trabalhadores acompanhem o desenvolvimento do processo”, finalizou.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF